

O BRASIL NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS DO SÉCULO XIX

DOI: 10.12957/synthesis.2022.70872

MARIA FERNANDA LOMBARDI FERNANDES*

Resumo: As Exposições Universais são eventos organizados a partir de 1851 (Londres) e que, já sem o mesmo peso, existem até hoje. Entre sua criação e meados do século XX atuaram como uma verdadeira “representação do mundo capitalista”, uma vitrine do mundo (e para o mundo). Nos pavilhões nacionais eram expostos desde invenções e descobertas científicas até plantas e animais exóticos vindos dos quatro cantos do mundo. A ideia que presidia tais eventos era a de um mundo único, interligado pelo comércio e pela ciência, que não via limites ao desenvolvimento e ao progresso da civilização. Esses eventos eram responsáveis pela circulação de mercadorias e ideias do novo mundo que se abria sob a liderança europeia e norte-americana. Durante meses os pavilhões mostravam a pessoas do mundo toda uma síntese do que se produzia, pensava e vivia nos países ali representados. O objetivo deste texto é discutir a participação do Brasil nas Exposições Universais durante a Monarquia, bem como buscar entender a imagem que o país construía para si e projetava no mundo do século XIX.

Palavras-chave: exposições universais; civilização; progresso; ciência.

Brazil in the Universal Exhibitions of the 19th century

Abstract: The Universal Exhibitions are events organized since 1851 (London). They were a "representation of the capitalist world," a showcase of the world (and for the world). The national pavilions exhibited everything from inventions and scientific discoveries to exotic plants and animals from the four corners of the world. The idea behind these events was that of a single world, interconnected by trade and science, which saw no limits to the development and progress of civilization. These events were responsible for the circulation of goods and ideas of the new world that was opening up under European and North American leadership. For months, the pavilions showed people from all over the world a synthesis of what was produced, thought, and lived in the countries represented there. The objective of this text is to discuss Brazil's participation in the Universal Exhibitions during the Monarchy, and try to understand the image that the country built for itself and projected in the 19th century world.

Keywords: universal exhibitions; civilization; progress; science.

* Doutora em Ciência Política (USP). Professora associada do departamento de Ciências Sociais da UNIFESP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8431-7106>. E-mail: felombardi@uol.com.br

AS EXPOSIÇÕES – ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA NACIONALIDADE

O século XIX pode ser caracterizado como o século do progresso, da indústria, da urbanização e da universalização da chamada “civilização ocidental”. As distâncias entre os lugares encurtaram-se, nessa perspectiva o mundo diminuiu, porém, em outra, aumentou. O fato é que houve uma mudança radical na forma de percepção das coisas pelos humanos do século XIX. O fascínio pela tecnologia, a fé no progresso inabalável da humanidade parecia encontrar respaldo na expansão do capitalismo e da civilização pelo mundo.

Como parte desse cenário foram idealizadas as Exposições Universais, eventos que buscavam apresentar ao mundo os feitos da humanidade – em especial, claro, da parcela ocidental desse coletivo. O espírito que presidia essas exposições era o mesmo que o enciclopédico: pretendia-se apresentar o mundo ao mundo. Máquinas, pessoas, a produção cultural e artística, frutas exóticas, animais, riquezas, enfim, tudo que a humanidade, nos seus mais recônditos locais, era capaz de criar e produzir. Da vanguarda tecnológica ao exotismo, tudo tinha lugar nos imensos pavilhões construídos com esse objetivo.

A primeira exposição foi organizada em Londres, em 1851. Chamada de *A Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações*, o evento teve lugar no Hyde Park e marcou o início das exposições regulares que buscavam expressar a verdadeira ideologia do mundo capitalista. Nos dizeres de Heloísa Barbuy, as exposições universais

constituíam-se na mais condensada representação material do projeto capitalista de mundo. Reuniam, num mesmo espaço, representações das regiões em expansão (países europeus e Estados Unidos emergentes), das regiões sob pleno domínio colonial e das regiões distantes (do ponto de vista imperialista), promissoras fontes de matérias-primas, como a América Latina. Uma verdadeira representação do mundo, tal como concebido pela filosofia dominante. (BARBUY, 1996, p. 211).

Essa filosofia dominante a que a autora se refere expressava a já citada crença no progresso, que levaria o mundo a uma interligação até então impensável. Os elementos que serviriam para fomentar essa interligação seriam justamente a Ciência (com letra maiúscula), por um lado, e o comércio, por outro. Capitaneados pelo mundo capitalista, os outros mundos existentes – exóticos e primitivos – finalmente fariam parte do mesmo conjunto da humanidade que, a despeito das diferenças, poderia um dia almejar um futuro comum (mesmo que com tempos e graus de desenvolvimento diversos).

As exposições universais seriam, nesse sentido, a materialização desse planeta interligado pelo comércio e pela ciência. O mundo único era representado ali, pelos pavilhões lado a lado, expressando a diversidade das sociedades humanas. Tendo a Europa (e Estados Unidos) como vanguarda, a evolução da humanidade parecia não ter limite e, mesmo as regiões mais afastadas e “atrasadas” passavam a fazer parte do todo, da civilização.

O objetivo mais imediato e prático das exposições era fomentar o comércio internacional, mas também havia um certo caráter pedagógico nesses eventos, já que eles contribuíam para a educação das massas ao apresentar as diversas realidades das sociedades existentes na Terra. Mas, para além desse caráter educativo e comercial, as exposições contribuíam para a disseminação de valores do mundo capitalista. Nos dizeres de Sandra Pesavento,

as exposições funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos ‘novos tempos’ e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de ‘efeito demonstração’ das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica. (PESAVENTO, 1997, p.14)

Um dos maiores objetivos das Exposições ainda era fomentar o comércio, estabelecer a circulação de mercadorias. Empresas patrocinavam as exposições e, muitas vezes, agiam como intermediárias entre governos nacionais: as atividades de mineração, construção civil, navegação e infraestrutura (companhias férreas, por exemplo) tinham nas Exposições um local privilegiado de atuação e por isso investiam quantias muitas vezes vultosas na construção desses espaços. Porém, nem só de negócios viviam as Exposições Universais: elas também eram um espaço de divulgação dos Estados, desejosos de afirmar sua nacionalidade num mundo cada vez mais competitivo.

Alguns estudiosos (CIZERON, 2009; FOOT-HARDMAN, 1988; BARBUY, 1996) apontam para uma inflexão no caráter das exposições a partir de 1915: até então, os eventos estavam marcados fortemente pelo nacionalismo, fenômeno do século XIX que encontrava sua primeira grande crise com a eclosão da Primeira Guerra. A partir dela, as Exposições também mudaram e, de certa maneira, perderam a importância de vitrine que haviam adquirido no século anterior. Ao longo do século XIX, início do XX, o número crescente de países que passaram a ser representados nas exposições e a grandiosidade dos eventos contribuíram para que os momentos das exposições fossem extremamente importantes: eram nelas que os países – novos e velhos – se faziam representar, mostravam uma imagem construída ao mundo todo e, numa via de mão dupla, tinham uma imagem construída pelo “resto do mundo”. A maneira pela qual os países se mostravam e se inseriam no concerto das nações era fundamental numa época de expansão e afirmação do capitalismo.

As exposições, principalmente no século XIX, são pensadas dentro do processo de expansão imperialista europeu e norte-americano, pautado na expansão industrial, dos mercados e na conquista de povos e territórios ao longo do globo. Nesse sentido, tornam-se um espaço de materialização da lógica da nova ciência antropológica – exemplificada nos museus. Burton Benedict (1991), em texto em que analisa a imagem das ex-colônias nas exposições do século XX, mostra como os novos países assumem a imagem criada pelos colonizadores como sua, como *real*. No XIX, ainda colônias, eram o espaço e a imagem do exótico, do diferente, do não-civilizado, ou melhor, daquele que estava em vias de se civilizar, pela mão dos europeus:

A exibição das colônias e dos povos dependentes nas exposições internacionais refletem atitudes e políticas das potências colonizadoras. Em todas as feiras do mundo os britânicos, franceses e americanos mostraram um senso de sua própria superioridade sobre a cultura dos povos colonizados. (BENEDICT, 1991, p. 5, minha tradução).

Se África e Ásia compareciam às exposições ainda como colônias, a América hispânica e o Brasil compareciam como nações. Eram essas jovens nações que se faziam representar nos espaços construídos dos pavilhões (coletivos ou individuais). Alda Heizer (2010), ao discutir justamente a participação desses países nas exposições, chama a atenção para o problema da classificação desses territórios, nem colônias, nem nações de fato independentes, vistos como um bloco indistinto pelos organizadores europeus (e norte-americanos). Como exemplo, pode-se apontar o caso da exposição de 1889, em que os franceses propuseram a utilização de um espaço comum por parte dos americanos (situados abaixo do Rio Grande), a que reagiu fortemente a Argentina, exigindo um enorme espaço individualizado. Brasil e Argentina, cada um a sua forma, representam bem os países desejosos de se descolar do conjunto, afirmando e construindo uma nacionalidade única que apontasse para a civilização:

[...] tanto a Argentina quanto o Brasil desejavam, por meio de sua participação nesses eventos, afirmar sua nacionalidade, escolhendo o que e como se apresentar, é preciso ressaltar que a Argentina, ao evitar apresentar qualquer marca cultural autóctone – como às relacionadas aos indígenas, símbolos da barbárie –, tinha como intuito se afirmar um país branco, rico, civilizado, para evidenciar sua diferença em relação aos países da América Latina. Com relação ao Brasil, os comissários que organizaram sua última participação como regime monárquico em

uma Exposição (a de 1889, em Paris) – dentre eles Eduardo Prado e o Barão de Tefé – pretendiam destacar a diferença do Império das repúblicas latino-americanas – para eles, lugar da desordem e da barbárie. (HEIZER, 2010 p. 5).

Eventos responsáveis pela circulação de mercadorias e ideias, pela afirmação do nacionalismo, pela materialização do capitalismo ascendente, que tinha nos produtos industriais verdadeiros ícones que atraíam e maravilhavam o público, as exposições, a despeito de todo o otimismo com o progresso, apresentam um descompasso entre o que era exposto e a realidade do mundo do século XIX: a indústria ainda não era tão disseminada quanto se queria crer e as exposições, mais do que vitrines do avanço técnico, eram laboratórios de experiências de vanguarda. Como exemplo, pode-se tomar o caso do alumínio, apresentado como metal com amplas possibilidades de uso, na Exposição de Paris de 1855 e que, na indústria “real” teria sua utilidade apenas em meados do século XX (FOOT-HARDMAN, 1988, p. 51-52); ou ainda o mais conhecido caso do telefone: a invenção de Alexander Graham Bell foi apresentada na *Centennial* (exposição de 1876 nos EUA), um “invento maravilhoso, gerador até de um anedotário a seu respeito” (PESAVENTO, 1994, p. 160).

Os pavilhões – estruturas construídas para abrigar os artefatos dos países – individualizados não apareceram nas primeiras exposições. Foi aos poucos que se tornaram o modelo preferencial dos eventos. Durante meses a fio os pavilhões (ou espaços similares) apresentavam a síntese do que se pensava, produzia e vivia naqueles mundos tão diferentes e distantes. Num tempo em que a comunicação entre os vários cantos do planeta não era tão simples, as exposições também acabavam por se tornar “um veículo de comunicação de massa *avant la lettre*” (BARBUY, 1993, p. 301).

E como o Brasil (monárquico) se apresentou nas exposições ao longo do século XIX? Como, de certa forma, moldou-se uma imagem de nação a partir dessas participações? De que maneira a organização da participação brasileira nesses eventos pode ser entendida como política de Estado? Essas são algumas questões levantadas – e parcialmente respondidas – ao longo da segunda parte deste texto.

A MONARQUIA E AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS

O objetivo do texto, a partir daqui, será tratar da participação do Brasil nas exposições universais do século XIX ao longo da monarquia. Por isso, as exposições da última década, já sob regime republicano, não serão trabalhadas. Justifica-se esse recorte porque parte-se da hipótese que a presença do Brasil nas exposições foi tratada como assunto de Estado por parte do regime monárquico, havia uma intenção explícita de construir uma imagem de país moderno e civilizado, contraposto ao restante da América de colonização espanhola, América das republiquetas instáveis. O Império, unificado, centralizado e único, mais que planta exótica, era a transplantação dos sonhos europeus para os trópicos.

A visão positiva do Império era reforçada pelo “olhar estrangeiro”, o que se pode perceber na imprensa da época, mas também no próprio material construído para as exposições, já que parte dele era produzido por estrangeiros, chamados a colaborar. Como exemplo, o livro de Victor Frond e Charles Ribeyrolles, em 1862, e *Le Brésil*, de Lévasseur, em 1889, entre outros. Mais ainda, a própria montagem e planejamento do espaço da exposição geralmente eram levados a cabo por estrangeiros contratados especialmente para isso. Todo o planejamento de um pavilhão – ou mesmo de um espaço a ser ocupado dentro de um pavilhão coletivo – demandava uma organização e um esforço no empreendimento que se iniciava anos antes da exposição. Para a efetivação do projeto, estrangeiros – locais – eram contratados para efetuar o serviço, o que acabava por contribuir para essa construção da imagem do país pelo outro.

O Brasil não participou da primeira exposição universal, que ocorreu em 1851, em Londres. Enviou emissários, assim como a Paris, em 1855. Ao longo do século XIX, foram 16 exposições universais, fora as exposições “temáticas” (artísticas, de mineralogia, industriais etc.), além das nacionais ou regionais – caso da América do Sul, por exemplo. O modelo museográfico das exposições universais era reproduzido pelo mundo todo ao longo do XIX. No Brasil não era diferente e, antes de participar de sua primeira exposição universal – 1862, Londres – realizou,

um ano antes, sua primeira exposição nacional, aberta no dia do aniversário do imperador D. Pedro II. Parte do material produzido para a prévia nacional de 1861 foi utilizada no ano seguinte em Londres. Segundo Alda Heizer (2010),

nos catálogos e relatórios elaborados especialmente para esses eventos – ou sobre eles – nota-se uma preocupação com a escolha, classificação e exposição dos produtos, como madeiras, máquinas utilizadas nas fazendas de café, quadros, louças, minerais e cocares de índios. Tudo era exposto sob o olhar de um imperador curioso e desejoso de apresentar um império preparado para entrar no *hall* das nações ditas “civilizadas” e que, segundo ele e seus seguidores, ao contrário das recém repúblicas latino-americanas, vivia na mais perfeita ordem (HEIZER, 2010, p. 6-7)

Ao longo da monarquia o Brasil participou das exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia), e 1889 (Paris). O objetivo do governo era mostrar uma imagem positiva do país. Havia uma questão econômica – a necessidade de recrutar mão de obra e atrair capital para ser investido aqui – mas também havia uma questão de construir uma imagem positiva do país, que não era muito bem visto no cenário internacional, principalmente por conta da escravidão. Para isso, era preciso vender essa imagem por meio da montagem de um pavilhão – neles as riquezas do país e as oportunidades aqui existentes deveriam estar representadas –, mas também pela produção de material bibliográfico que apresentasse o país ao mundo, com informações que iam da descrição das riquezas naturais e dos progressos da lavoura até a apresentação dos grupos étnicos que habitavam o país, a organização social, a produção artística etc.

Ainda em relação à primeira exposição que o Brasil participou, um dos materiais enviados foi o já citado livro de Victor Frond e Charles Ribeyrolles, o álbum *Brasil Pitoresco*. Um dos primeiros livros compostos principalmente por fotografias – as litografias baseadas nas fotos foram realizadas em Paris –, o material não foi devidamente finalizado por conta da morte de Ribeyrolles, mas a primeira parte, principalmente sobre o Rio de Janeiro, fez sucesso na exposição de 1862. Segundo Maria Antônia Silva (2010, p. 98), a despeito do caráter de propaganda do livro, havia uma visão crítica dos autores, retratando entre outras coisas, a escravidão. No entanto, já aparecia uma escravidão *mais branda*, que colocava a ênfase na relação do que aquela conhecida nas obras de Debret, por exemplo. A ênfase dos autores caía sobre os avanços do país, a modernização e o desejo da imigração – vista já como forma de civilizar o país. Segundo a autora, a repercussão da obra foi bastante positiva, tanto na imprensa brasileira quanto europeia.

A segunda exposição que teve a participação do Brasil ocorreu em 1867, em Paris. Junto com o pavilhão, desta vez o comitê organizador do país encomendou a confecção de um livro que apresentasse as riquezas naturais, a sociedade, a economia e as instituições do país. A publicação, em inglês, não tinha mais de 130 páginas: *The Empire of Brazil at the Paris International Exhibition of 1867*. As questões sociais aparecem – de um lado é mostrado o esforço civilizatório do Império no trato com os indígenas; de outro, atenta-se para a questão da escravidão, alvo de preocupações e críticas internacionais. Há um esforço de dourar a pílula da escravidão: no relatório afirma-se que “os escravos são tratados com humanidade”, “o trabalho é atualmente moderado e usualmente estende-se apenas pelo período diurno” (1867, p. 31), e assim sucessivamente. A escravidão é novamente retratada como sendo “branda”, diferenciada. A questão escravista era, como em 1862, a pedra no sapato do Império brasileiro, que queria se mostrar civilizado e progressista, mas convivia com uma instituição que vinha merecendo críticas cada vez maiores desse mundo civilizado que queria se frequentar.

Se a liberdade do escravo ainda era uma questão para o futuro, o relatório de 1867 fazia questão de frisar as outras liberdades que eram existentes no país: liberdade de culto, opinião, imprensa, comercial etc. Estas tiveram um espaço privilegiado no relatório que buscava explicar que, a despeito da religião oficial católica, qualquer um que tivesse culto diverso poderia

exercê-lo sem medo no Brasil. Era mais uma forma de chamar a atenção para as oportunidades que imigrantes europeus poderiam ter aqui.

Na Exposição de Viena, em 1873, o Brasil pôde apresentar uma novidade: a perspectiva do fim da escravidão com a recente Lei do Ventre Livre (1871). Era muito pouco ainda, mas esse aspecto foi ressaltado na publicação de cerca de 300 páginas que foi feita para apresentar o país na exposição. O texto era a ampliação daquele apresentado em Paris em 1867. A preocupação com a imagem do país e o objetivo de atrair mão de obra imigrante aparece já nas primeiras páginas do volume *The Empire of Brazil at the Vienna Universal Exhibition of 1873*. Os organizadores fizeram questão de chamar a atenção para a veracidade das informações que constavam no volume: “para tornar o Império do Brasil bem conhecido no exterior, e também para fornecer aos imigrantes as informações necessárias, um cuidado especial foi tomado no sentido de dizer a verdade, somente a verdade.” (p. 4 – minha tradução).

Três anos depois, em 1876, a nova exposição teve lugar nos Estados Unidos, na Filadélfia. O ano era o do centenário da independência do país e a exposição ficou conhecida como *Centennial*. O esforço dos EUA na organização da exposição refletia o desejo de transformá-la em palco para a exibição dos feitos da nova nação. O país afirmava-se como um dos mais importantes do planeta e a exposição, de certa maneira, celebrava o progresso e a civilização do país saído há dez anos da Guerra Civil:

A *Centennial* atuou como um poderoso elemento de reafirmação de uma identidade coletiva nacional, articulando um conjunto de ideias, crenças, valores e mitos num todo articulado, socialmente desejável e intelectualmente compreensível [...] A América, pátria-mãe, berço acolhedor dos imigrantes fora capaz de erguer-se como nação que surpreendia o mundo com seu desenvolvimento tecnológico e a sua bem sucedida experiência de um governo democrático. (PESAVENTO, 1994, p. 157)

A exposição foi aberta em maio de 1876, com a presença do presidente Grant e do imperador D. Pedro II. Para os Estados Unidos era o momento de mostrar os progressos da jovem nação: além de celeiro do mundo, afirmando a sua potencialidade agrícola, o país exibia novas máquinas que maravilhavam a audiência e mostravam a superioridade dos EUA também nesse setor. Além do telefone, que já foi citado aqui neste texto, outras máquinas chamaram a atenção e celebravam a superioridade técnica dos norte-americanos e simbolizavam o avanço do engenho humano. A exposição foi aberta, inclusive, com o acionamento de uma enorme máquina pelo presidente Grant e por D. Pedro II: a Corliss, apelidada de “atleta de ferro e aço” (PESAVENTO, 1994, p. 160). Para além da exposição, obras foram escritas especialmente para o evento, contando a história norte-americana e os feitos de cem anos da jovem nação, chamando a atenção para a responsabilidade dos brancos nesse processo. Amparados em teorias baseadas no racismo científico, a história norte-americana era a história do sucesso e superação da civilização branca e do domínio sobre os povos inferiores – negros e indígenas. O progresso e a civilização eram brancos e o país buscava construir sua identidade sobre essa base.

Para o Brasil, a participação em 1876 era mais uma oportunidade para se mostrar ao mundo como uma terra de futuro e oportunidades. O fato de a exposição ser no continente americano trazia um elemento a mais a ser explorado: não foi à toa a participação de D. Pedro II na abertura do evento, se os Estados Unidos eram o país mais importante da América, que ombreava e ameaçava ultrapassar as potências europeias, o Brasil seria seu equivalente abaixo do Equador. Assim como os EUA, o Brasil havia sido colônia europeia, ambos trazendo o laço de continuidade com a civilização. Se os Estados Unidos já eram potência, o Brasil ainda engatinhava nesse sentido e tinha a necessidade de construir (e vender) a imagem de um país promissor e civilizado. A existência de um regime monárquico e, particularmente, de um monarca como D. Pedro II, aumentava a chance de o país ser reconhecido como uma nação de futuro. Aqui, diferentemente do resto da América Latina, poderia se usufruir de uma estabilidade política não encontrada no resto do continente de repúblicas instáveis. Houve uma grande preparação para o evento e, a despeito da necessidade de mostrar ao mundo a face

civilizada do país, a construção do pavilhão mais uma vez seguiu a linha do exotismo: “o Brasil empenhou-se em levar uma amostragem a mais completa possível das potencialidades do país. O que ressaltava, contudo, eram as potencialidades de suas riquezas naturais: café, madeira, minérios, plantas exóticas.” (PESAVENTO, 1994, p. 163). O aspecto de maior sucesso do Brasil na exposição parece mesmo ter sido a figura do imperador e seu entusiasmo e curiosidade científica (PESAVENTO, 1994). Mas, se D. Pedro II merecia loas da imprensa internacional, o mesmo não se podia dizer do restante dos brasileiros: “a opinião favorável à figura do imperador e às potencialidades do país em geral [...] não eram acompanhadas de um movimento de simpatia para com os brasileiros em geral” (PESAVENTO, 1994, p. 163).

Mas, a despeito dos esforços do país, havia uma questão que permanecia e, com o tempo, se agravava: diferente de europeus e norte-americanos, pesava sobre o país a mancha da escravidão. O grupo responsável pela elaboração de um relatório sobre a participação do Brasil no evento chamava a atenção para a necessidade de se ir além do estereótipo do exotismo tropical. Seria necessário “adotar outro caminho, enfatizando o progresso associado à modernização, à indústria e ao trabalho” (FERNANDES; FERREIRA; REIS, 2010, p. 84).

A Exposição Universal de 1889 foi novamente realizada em Paris, servindo de palco para a comemoração dos 100 anos da Revolução Francesa. Era o momento de mostrar e celebrar o triunfo da civilização universal, de certa forma uma criação da própria França, materializada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e na consolidação do regime republicano. Os Estados Unidos eram a potência que se anunciava para o futuro, a Inglaterra era ainda o maior império colonial da Terra e uma potência industrial, a França ocupava a posição de centro irradiador dos valores da civilização: “em meio a crises internas (a derrota para a Alemanha era recente, bem como as perdas territoriais e financeiras resultantes), a Exposição foi uma maneira de resgatar o patriotismo francês e buscar a reafirmação da França entre as principais potências mundiais.” (FERNANDES; FERREIRA; REIS, 2010, p. 84).

A exposição na França e a ênfase na comemoração da Revolução de 1789 provocava um ruído na participação brasileira: o relevo excessivo (sob o ponto de vista do governo brasileiro) no caráter republicano da festa não era bem visto pela combalida monarquia brasileira. Em pleno 1889 o Império estava sofrendo crises sucessivas e a ameaça republicana tornava-se cada vez mais palpável. Até o último momento não havia a certeza da participação brasileira: o país resolveu participar, mas não tomou parte nas comemorações do centenário da Revolução. O próprio pavilhão bem como a produção bibliográfica que acompanhava a exposição não foram feitos pelo governo. Toda a execução ficou a cargo de um grupo privado formado por homens da elite brasileira com parceria francesa, o *Syndicat du Comité Franco-Bresilien*, com financiamento da monarquia brasileira.

O incômodo da participação da monarquia na festa republicana não atrapalhou, no entanto, a exposição do país no evento. Muitas foram as recomendações do relatório produzido após a *Centennial*, alertando para a necessidade de se apresentar um país que fosse além do exotismo tropical. Era necessário mostrar o lado do desenvolvimento, a infraestrutura (ferrovias, principalmente) que o país começava a apresentar, os progressos da lavoura, as transformações na sociedade – a escravidão finalmente havia sido abolida um ano antes. Produtos manufaturados, produção artística, o crescimento urbano, tudo isso agora aparecia – mas sem deixar totalmente de lado o apelo às belezas e às riquezas naturais. Mas o Brasil deveria ser algo mais do que um paraíso tropical. O esforço, entretanto, não parece ter sido recompensado. O que continuou chamando a atenção do mundo foi o Brasil pitoresco:

Assim, os dois andares superiores denotavam já um quadro industrial e “civilizado”, pelo qual passaram quase sem comentar os cronistas que escreveram sobre o Brasil. Fosse porque nossos produtos não fizessem frente em qualidade e em quantidade aos similares europeus ou porque tal quadro não correspondesse ao que se esperava do Brasil, são muito poucos os registros a respeito. Enquanto sobre os produtos brutos, agrícolas ou extrativos podem-se ler exclamações e entusiasmos, silêncio quase total para a exibição

manufatureira e para os produtos mais refinados. (BARBUY, 1996, p. 223)

Aparentemente o público que afluía ao espaço da exposição não se entusiasmou muito com o pavilhão brasileiro. Faltavam atrações exóticas e, em relação a outros países latino-americanos, o Brasil esteve em desvantagem em relação à afluência de visitantes. Para alguns críticos, a mudança de estratégia do Brasil foi responsável pela perda do interesse do público no país:

Clichês clássicos tornam-se figuras impostas aos países por ocasião das Exposições universais, e se apresentam como uma condição necessária para a adesão dos públicos. As primeiras aparições são, assim, coroadas de franco sucesso porque o Brasil corresponde às expectativas. Mas as seguintes recebem uma acolhida mais mitigada; às vitrines positivistas e modernas de 1889-1914 faltam as bizarrices tão procuradas. Os visitantes ficam indiferentes. Passam ao lado do país sem observá-lo ou olhando-o por cima, principalmente diante do México, que erigiu um templo asteca bem no meio do espaço americano. Uma verdadeira atração (CIZERON, 2009, p. 141, minha tradução).

Os olhares europeus continuavam voltados à natureza e seus encantos. Não é fortuito que o maior sucesso do pavilhão brasileiro tenha sido uma enorme vitória-régia exposta... Já a produção cultural ou os progressos técnicos não encantaram os franceses ou os demais visitantes do pavilhão na mesma proporção.

Apesar de ter perdido apelo popular, a reorientação e a mudança na estratégia de exibição do país faziam parte da tentativa de construção de uma imagem de nação moderna e civilizada. Era importante mostrar os recursos naturais e oportunidades de exploração da terra, mas também era importante mostrar ao mundo um país cada vez mais moderno e aberto às transformações trazidas pelo progresso, um país que poderia acolher homens e capitais, um oásis de calma frente a turbulenta América hispânica.

Apesar de não ostentar uma participação oficial, o governo brasileiro empenhou-se e investiu na participação brasileira mais do que nos eventos anteriores. O espaço físico era o maior até então utilizado pelo país e a produção bibliográfica foi bastante enriquecida. Destacam-se dois volumes, um organizado por Francisco José de Sant'Anna Nery – um paraense radicado em Paris que teve papel fundamental na participação do Brasil na exposição –, e outro pelo francês Levasseur. Os dois volumes, respectivamente *Le Brésil en 1889* e *Le Brésil*, foram expostos e eram comercializados no pavilhão brasileiro. Compostos por fotos, gravuras e verbetes que apresentavam os mais variados aspectos do país, os volumes contaram com a colaboração de nomes como o Barão do Rio Branco, André Rebouças, Eduardo Prado, Amaro Cavalcanti, entre outros.

Vários são os motivos que podem ser apontados para esse empenho maior do Brasil na Exposição de 1889, mas é possível destacar, a princípio, a questão da abolição da escravidão: até 1888 a existência da escravidão em território nacional era um peso e uma mancha para o Brasil. Por outro lado, a presença da escravidão tornava a necessidade da importação de braços – a imigração – uma questão ainda menor, muito mais restrita ao setor privado que público, não fazendo parte ainda das políticas de Estado a chamada grande imigração. As iniciativas estatais ainda eram restritas a projetos pontuais voltados à montagem de pequenos núcleos de imigrantes principalmente no sul do país. Mas agora, com a abolição consumada, era mais do que necessário atrair o maior número possível de imigrantes europeus para suprir a ausência de mão de obra, bem como para promover o desenvolvimento da sociedade brasileira por meio de uma política de *branqueamento* da população brasileira. Se antes a escravidão era sinônimo de atraso, de falta de civilização, dificultando inclusive a própria imigração branca, agora com o seu fim, o Brasil adquiria um *status* diferente: a abolição da escravidão era exibida como motivo de orgulho, o que transparece nos textos dos dois volumes organizados para a exposição.

Para além da questão da abolição, havia um outro motivo para o empenho do governo brasileiro na Exposição de Paris: era a imagem não só do país, mas do regime monárquico que estava em questão: a monarquia enfrentava seus últimos momentos e a afirmação externa do regime era, de certa maneira, também uma propaganda voltada para o mercado interno. A mesma imagem projetada fora do país era a que se pretendia manter aqui dentro: da estabilidade política, do respeito às instituições, do exemplo civilizatório. A participação brasileira em 1889 foi provavelmente a mais expressiva até então. Se não chegava às dimensões da rival Argentina, o pavilhão brasileiro não fazia feio. Nem na *Centennial*, que contou com a presença do Imperador na abertura, o esforço havia sido tão grande. Em 1889 o projeto civilizatório do Império finalmente decolava, com o entrave escravista eliminado.

Mas 1889 seria lembrado justamente como o ano da queda da monarquia, e não de sua afirmação. Ironicamente, qualquer menção ao Brasil de 1889 se remete diretamente à república, proclamada poucos dias após o término da Exposição Universal de Paris. O Brasil monárquico, aquele exposto em Paris, acabou junto com a exposição.

Com o fim do Império, era o regime republicano que passava a buscar uma identificação com o progresso e a civilização. A *ordem e o progresso*, dístico da bandeira, continuaria agora sem o Imperador e sua Corte ilustrada, capitaneada pelos verdadeiros homens de negócios que assumiam o Estado brasileiro com a tarefa de levá-lo a uma integração maior no mundo – começando pela América, onde o país não seria mais “planta exótica”.

A despeito dessa necessidade de afirmação do regime republicano, não se vê o mesmo empenho na participação do país nas Exposições Universais, chegando mesmo o Brasil a não participar de algumas menores e até da grande exposição de 1900, novamente em Paris – a alegação do governo para essa ausência foi a existência de um conflito territorial com a própria França envolvendo a região das Guianas. Outra diferença em relação à monarquia é a presença dos estados nas exposições de maneira bastante autônoma. Províncias tinham espaços particulares nas exposições na época do Império, mas agora a presença do Brasil em várias exposições – universais ou temáticas – muitas vezes era *partida*: em mais de uma oportunidade, ao lado do pavilhão nacional (ou dentro dele) havia pavilhões estaduais.

Em 1922 chegava a vez de o Brasil sediar uma Exposição Universal no ano do centenário de sua independência. A capital Rio de Janeiro foi a cidade escolhida para receber as amostras do mundo. Foi o maior evento que o território brasileiro recebia, a exposição foi inaugurada em 7 de setembro de 1922 e estendeu-se até julho de 1923. Mais do que progresso técnico, as exposições após a Primeira Guerra tinham como foco o progresso civilizacional por meio da difusão de ideias, manifestações artísticas e científicas – uma série de congressos, reuniões científicas e culturais foram realizadas ao longo desse período.

CONCLUSÃO

O objetivo deste texto foi explicitar o uso das Exposições Universais como instrumento de política por parte da Monarquia brasileira. Os materiais preferencialmente analisados foram os livros que acompanhavam e apresentavam o país ao mundo. Não foi objeto do texto uma análise dos pavilhões em si ou mesmo uma discussão mais teórica sobre as exposições.

A preocupação com a imagem do país pelo regime monárquico se evidencia no cuidado com os materiais apresentados nos livros e com os autores dos artigos ali contidos. As exposições traziam a possibilidade de apresentar uma imagem civilizada e diferenciada do país – parte dessa imagem era representada pela própria figura do monarca, Pedro II, homem de letras e ciências.

O material produzido para as exposições foi sendo cada vez mais elaborado e aumentado, chegando em 1889 aos dois livros já citados – *Le Brésil* e *Le Brésil en 1889* – que contaram com a participação de renomados expoentes do pensamento brasileiro. Chama a atenção a participação massiva do Barão do Rio Branco na elaboração dos textos presentes nos livros – figura central na diplomacia e nas relações exteriores do país (na monarquia e posteriormente também na república) – o que indica, de certa maneira, a preocupação de se apresentar uma imagem do Brasil ao mundo que atraísse não só investimentos, mas alianças e acordos políticos, além de pretender afirmar um protagonismo do país no continente americano, secundando os Estados Unidos.

Também para o público interno os materiais produzidos tinham uma função importante de consolidar o apoio da elite brasileira ao projeto civilizatório capitaneado pela monarquia. Para tanto, a ênfase na diferença em relação ao restante da América (hispânica, bem dito) encontrava justamente no regime monárquico o maior diferencial.

Com a queda da monarquia e a instauração do regime republicano a presença do país nas exposições se manteve, mas perdeu a centralidade como instrumento de política externa, e principalmente, interna. De fato as exposições perderam a importância que tinham para o mundo todo a partir da Primeira Guerra, não só para o Brasil – eram muito mais eventos do século XIX do que do século XX, inaugurado oficialmente com a Grande Guerra.

As exposições universais nunca deixaram de ser realizadas. A última foi agora, em 2021, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Ela estava programada para 2020, mas a pandemia de Covid-19 adiou o megaevento. Não é possível comparar a importância dos eventos do século XIX com os que ainda ocorrem, mas é curioso notar a sobrevivência dessa feira universal de quase dois séculos. O espírito do tempo é outro, mas o caráter enciclopédico e monumental se mantém, assim como a hegemonia da Europa e dos Estados Unidos na promoção das exposições. Pela primeira vez uma exposição universal é sediada no Oriente Médio. Segundo reportagem do portal UOL, “nos próximos seis meses, o local estará aberto para visitação do público. É um recorde: mais de 190 países estão representados nesta exposição cujo tema é *Conectando mentes, Construindo o futuro*. Também inédito, todos os países africanos, assim como a União Africana, terão seu próprio pavilhão” (UOL, 2021).

Quase duzentos anos se passaram desde a primeira exposição em Londres, 1851. E só agora, 170 anos depois, a feira das maravilhas encontra sede no Oriente Médio e, mais ainda, só agora os países africanos tiveram seus próprios pavilhões. O mundo já não é mais o mesmo, mas algumas coisas custam a mudar, como os lugares ocupados pelos países centrais e pelos países periféricos e subalternos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBUY, Heloisa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 297-304, 1993. Resenha de: SCHROEDER-GUDEHUS, B.; RASMUSSEM, A. *Le fastes du progrès: le guide des Expositions universelles 1851-1992*. Paris: Flammarion, 1992.
- _____. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 211-261, 1996.
- BENEDICT, Burton. International Exhibitions and National Identity. *Anthropology Today*: published by Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, v. 7, n. 3, p. 5-9, jun. 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3032792>>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- CIZERON, David. *Les représentations du Brésil lors des expositions universelles*. Paris: Ed. L'Harmattan, 2009.
- COMISSÃO BRAZILEIRA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS. *The Empire of Brazil at the Paris International Exhibition of 1867*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1867.
- COMISSÃO BRAZILEIRA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE VIENNA. *The Empire of Brazil at the Vienna Universal Exhibition of 1873*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1873.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi; FERREIRA, Gabriela Nunes; REIS, Rossana Rocha. O Brasil em 1889: um país para consumo externo. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, v. 81, p. 75-113, 2010.
- FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HEIZER, Alda. Considerações sobre a participação da América Latina nas Grandes Exposições da segunda metade do século XIX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, v. 9, p. 15-28, 2010. Disponível em: <<http://www.anphlac.org/periodicos/revista/revista9/alda.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2011.
- LEVASSEUR, Émile. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto Letras & Expressões, 2000 [1889].
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da Modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- _____. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal da Filadélfia de 1876. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: MP/USP, v. 2, n. 1, p. 151-168, jan./dez. 1994.
- SANTA-ANNA NERY, Frederico José de (Dir). *Le Brésil en 1889: avec une carte de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes*. Paris: Charles Delagrave/Syndicat du Comité Franco-Brésilien, 1889.
- SILVA, Maria Antonia C. da. Um espírito imparcial e as paisagens mais belas: Considerações acerca da repercussão das imagens do álbum Brasil Pitoresco, de Victor Frond e Charles Ribeyrolles. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, n. 13, p. 93-108, jan./jul. 2010.
- UNIVERSO ONLINE (UOL). Dubai inaugura primeira exposição universal do Oriente Médio e espera atrair 25 milhões de visitantes. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/09/30/dubai-inaugura-1-exposicao-universal-do-oriente-medio-e-espera-atrair-25-milhoes-de-visitantes.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Recebido em janeiro de 2022.
Aprovado em setembro de 2022.